

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.120 - RJ (2019/0281974-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JEFFERSON NASCIMENTO BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADO : MURILO VILAS BOAS RIOS - RJ154016
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JEFFERSON NASCIMENTO BARBOSA DOS SANTOS contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Desembargador relator Celso Ferreira Filho).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso e denunciado como incurso nos arts. 157, § 2º, II, e 158, § 3º, ambos do CP (e-STJ fls. 68/71).

Impetrado prévio *writ* na origem, no qual se buscava o trancamento da ação penal por falta de justa causa e a revogação da prisão preventiva, a ordem foi denegada, conforme evidencia a seguinte ementa (e-STJ fl. 32):

HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE AGENTES C/C EXTORSÃO QUALIFICADA. Artigos 157, §2º, II e 158, §3º, do CP. Pedido de revogação do mandado de prisão. Réu solto. Pretensão de trancamento da ação penal. Descabimento. Diferente do que alega o impetrante, a inicial está lastreada em cuidadoso inquérito policial, onde se procedeu a uma investigação acerca do uso dos cartões bancários das vítimas no mercado, sendo os acusados posteriormente reconhecidos pelas vítimas, circunstâncias que se mostram, ao menos por ora, suficientes para demonstrar a materialidade do crime e a existência de fortes indícios de sua autoria. Prisão preventiva decretada para garantia da instrução criminal e da segurança pública. Pressupostos do artigo 312 e 313, I do código de processo penal evidenciados de forma clara. As questões suscitadas pela defesa do paciente quando busca o trancamento da ação penal dizem respeito ao mérito, mostrando-se indevida sua apreciação na estreita via do presente writ. Nada impede, contudo, que o magistrado, no correr da ação penal originária, percebendo a desnecessidade da medida extrema, conceda ao réu a liberdade provisória.

INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA (Grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente recurso ordinário (e-STJ fls. 44/47), no qual a defesa reitera o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa. Argumenta que *"a ausência de lastro probatório mínimo para o recebimento da denúncia é patente posto que, não existe nos autos qualquer liame entre Jeferson e o fato criminoso"*.

Ressalta, ainda, a *"ausência de requisitos autorizadores da custódia cautelar, além, da fundamentação genérica da decisão da magistrada de primeira instância, a qual não individualiza no caso concreto a necessidade da prisão preventiva sendo a medida motivada pela gravidade em abstrato do delito"* (e-STJ fls. 46/47).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 123):

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO E EXTORSÃO. PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. TRANCAMENTO AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA. PARECER PELO IMPROVIMENTO.

É o relatório.

O presente recurso objetiva a revogação da prisão e o trancamento da ação penal ao argumento da inexistência de lastro probatório mínimo para o recebimento da denúncia.

Quanto à custódia cautelar, não obstante as razões constantes da petição recursal, a defesa não juntou aos autos cópia do decreto de prisão.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* (ou do seu correspondente recurso) pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 48.939/MG, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 23/4/2015, grifei.)

PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO QUE IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO PEDIDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

3. Ausente cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, a cujos fundamentos o juiz sentenciante remete para negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, mostra-se inviável o exame do alegado constrangimento ilegal.

4. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, não provido. (RCD no RHC 54.626/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 2/3/2015, grifei.)

Assim, diante da ausência de prova pré-constituída das alegações, torna-se impossível analisar o suposto constrangimento ilegal.

Quanto ao trancamento, não constitui demasia enfatizar, a propósito do assunto, que a extinção da ação penal em tema de *habeas corpus* consiste em medida excepcional, apenas cabível em situações em que se evidenciarem, de plano, suficientes a ensejar o prematuro encerramento da persecução criminal.

Nesse contexto, a jurisprudência desta Casa não aceita, em regra,

Superior Tribunal de Justiça

discussões fundadas na ausência de comprovação do elemento subjetivo do tipo ou na carência de indícios suficientes de autoria do delito, porquanto tais esclarecimentos demandam, na maior parte das vezes, apreciação detalhada dos elementos de convicção constantes do processo, providência manifestamente inconciliável com o rito célere e sumário deste remédio constitucional.

Feitas essas considerações, passo à apreciação da alegação de ausência de justa causa.

O aresto impugnado, ao enfrentar o tema, utilizou os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 34):

Diferente do que alega o impetrante, a inicial está lastreada em cuidadoso inquérito policial, onde se procedeu a uma investigação acerca do uso dos cartões bancários das vítimas no mercado, sendo os acusados posteriormente reconhecidos pelas vítimas, circunstâncias que se mostram, ao menos por ora, suficientes para demonstrar a materialidade do crime e a existência de fortes indícios de sua autoria.

As questões suscitadas pela defesa do paciente quando busca o trancamento da ação penal dizem respeito ao mérito, mostrando-se indevida sua apreciação na estreita via do presente writ.

Com efeito, para a configuração de justa causa, seguindo o escólio de Afrânio Silva Jardim, *"torna-se necessário [...] a demonstração, prima facie, de que a acusação não [seja] temerária ou leviana, por isso que lastreada em um mínimo de prova. Este suporte probatório mínimo se relaciona com os indícios da autoria, existência material de uma conduta típica e alguma prova de que sua antijuridicidade e culpabilidade. Somente diante de todo este conjunto probatório é que, a nosso ver, se coloca o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública"* (JARDIM, Afrânio Silva. **Direito processual penal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002, fl. 97).

No contexto, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu pela presença de indícios de autoria e de prova de materialidade. Com efeito, concluir no sentido de que não houve a prática do delito é questão que demanda apreciação dos elementos de prova existentes nos autos, sendo imprescindível que se aguarde o desenrolar da instrução processual para que sejam esclarecidos todos os fatos e as circunstâncias narrados na exordial acusatória.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, inclusive, já decidiu esta Corte, consoante se pode verificar dos seguintes julgados:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 40 DA LEI N. 9.605/1998. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ATIPICIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA.

1. O trancamento da ação penal por ausência de justa causa exige comprovação, de plano, da atipicidade da conduta, da ocorrência de causa de extinção da punibilidade e da ausência de lastro probatório mínimo de autoria ou de materialidade, o que não se verifica na presente hipótese.

2. No caso, a denúncia foi oferecida com embasamento em laudo técnico que atestou a existência de 820 metros de canos de PVC e mangueiras em unidade de conservação para a captação irregular de água a fim de abastecer a propriedade do paciente. 3. Ademais, "infirmar a conclusão da instância ordinária, que entendeu pela existência de suporte probatório mínimo de autoria e materialidade, é revolvimento probatório, vedado na via do habeas corpus" (RHC n. 74.318/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 1º/9/2016).

4. Ordem denegada.

(HC 470.664/DF, minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 18/06/2019)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E ESTELIONATO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não obstante os esforços do agravante, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

2. Os arts. 932 do Código de Processo Civil - CPC c/c o 3º do Código de Processo Penal - CPP e 34, XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, permitem ao relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante nos Tribunais superiores, não importando em cerceamento de defesa ou violação ao princípio da colegialidade. Precedentes.

3. Na hipótese, na esteira da fundamentação dada pelo Tribunal de origem, e mormente da análise detida da exordial acusatória, depreende-se que devidamente qualificado o acusado, descrita de

Superior Tribunal de Justiça

forma objetiva e suficiente as condutas delituosas por ele perpetrada, que, em tese, configuram os crime de associação criminosa e estelionato, assim como as circunstâncias do seu cometimento, demonstrando indícios suficientes de autoria, prova da materialidade e a existência de nexu causal; tampouco faz imputações genéricas, traz, outrossim, relação de testemunhas, pelo que se mostra em conformidade com o comando pertinente do Estatuto Processual Penal (requisitos exigidos pelos arts. 41 do Código de Processo Penal - CPP) e de acordo com o art. 5º, LV, da Constituição Federal - CF/88, de modo a permitir o exercício da ampla defesa e o contraditório.

4. Impende acrescer que, não verificada, de plano, a inequívoca atipicidade da conduta imputada ao Paciente, tampouco a inexistência de justa causa (lastro mínimo probatório que vincula o agente aos crimes a ele imputados) para a propositura da ação penal, inviável o seu trancamento através da estreita via do habeas corpus, a qual é carente de dilação probatória.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 110.447/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 22/08/2019)

Nesse sentido, revela-se prematuro o encerramento da ação penal em relação aos recorrentes, uma vez que não foi evidenciada, de plano, a ausência de justa causa da conduta supostamente perpetrada.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator